

OS LIMITES ÉTICOS DOS BIBLIOTECÁRIOS NAS REDES SOCIAIS

PÁGINA 03



**PROFISSIONAIS
COMBATEM REDES
DE DESINFORMAÇÃO**

PÁGINA 09

**BIBLIOTECAS
PÓS-RETORNO
AO PRESENCIAL**

PÁGINA 14

BOLETIM DA BIBLIOTECONOMIA
Nº 80 – ANO 15 – 19ª GESTÃO (2022/2024)

DIRETORIA

Presidente: Fábio Lima Cordeiro – CRB-1/1763 |
Vice-presidente: Maria Isabel de Jesus Sousa Barreira –
CRB-5/946 | Diretora Administrativa: Patrícia Verônica
Nascimento Dias Fernandes – CRB-5/1353 | Diretor Técnico:
Fernando Braga Ferreira – CRB-3/640 | Diretor Financeiro:
Luiz Otavio Maciel da Silva – CRB-2/771

COMISSÕES PERMANENTES

Comissão de Legislação e Normas (CLN)

Valéria Aparecida Bari – CRB-5/1552 (coordenadora)
Aldinar Martins Bottentuit – CRB-13/318
Maria Isabel de Jesus Sousa Barreira – CRB-5/946

Comissão de Divulgação Valorização Profissional (CDV)

Nelson Oliveira da Silva – CRB-10/854 (coordenador)
Fernando Braga Ferreira – CRB-3/640
Valéria Aparecida Bari – CRB-5/1552

Comissão de Tomada De Contas (CTC)

Anderson Alberto Saldanha Tavares – CRB-2/1282 (coordenador)
Maria Lourdes Blatt Ohira – CRB-14/213
Mariza Martins Coelho – CRB-6/1637

Comissão de Ética Profissional (CEP)

Valéria Martin Valls – CRB-8/5243 (coordenadora)
Jean Charles Racene dos Santos Martins – CRB-11/719
José Alimatéia de Aquino Ramos – CRB-6/580

Comissão de Licitação (CLI)

Nelson Oliveira da Silva – CRB-10/854 (coordenador)
Ailton Moreira da Rocha (pregoeiro)
Tatiana de Paula Martins de Souza (autoridade competente)

Comissão de Ensino e Formação Profissional (CENF)

Aldinar Martins Bottentuit – CRB-13/318 (coordenadora)
Maria Isabel de Jesus Sousa Barreira – CRB-5/946
Rosa Zuleide Lima de Brito – CRB-15/213

Comissão de Bibliotecas Escolares e Públicas (CBEP)

Maria Lourdes Blatt Ohira – CRB-14/213 (coordenadora)
José Alimatéia de Aquino Ramos – CRB-6/580
Rosa Zuleide Lima de Brito – CRB-15/213

Comissão de Fiscalização (CFI)

Anderson Alberto Saldanha Tavares – CRB-2/1282 (coordenador)
Aldinar Martins Bottentuit – CRB-13/318
Fernando Braga Ferreira – CRB-3/640

Comissão de Avaliação de Documentos (CPAD)

Patrícia Verônica Nascimento Dias Fernandes – CRB-5/1353
(coordenadora)
Maria Lourdes Blatt Ohira – CRB-14/213
Rosa Zuleide Lima de Brito – CRB-15/213

COMISSÕES TEMPORÁRIAS

Comissão de Diversidade e Acessibilidade

Jean Charles Racene dos Santos Martins – CRB-11/719
(coordenador)
Valéria Aparecida Bari – CRB-5/1552
Valéria Martin Valls – CRB-8/5243

**Comissão de Gestão por Indicadores
e Relatório para o TCU**

Mariza Martins Coelho – CRB-6/1637 (coordenadora)
Luiz Otavio Maciel da Silva – CRB-2/771
Nelson Oliveira da Silva – CRB-10/854

FUNCIONÁRIOS

Roberto Barros Cardoso – Gerente Executivo | Leonardo
Pimentel Bueno – Assessor Jurídico | Ailton Moreira da
Rocha – Auxiliar Administrativo | Tatiana de Paula Martins
de Sousa – Assistente Administrativa

CONSELHO FEDERAL DE BIBLIOTECONOMIA – CFB

SRTVN Ed. Brasília Rádio Center, salas 1079/2079,
CEP 70.719-900, Brasília-DF.
Telefones: (61) 3328-2896 / (61) 3328-2080 | Fax: (61) 3328-2894
www.cfb.org.br e cfb@cfb.org.br

BOLETIM DA BIBLIOTECONOMIA

Produção: Prefácio Comunicação | 31 3292 8660 |
www.prefacio.com.br

Jornalista responsável: Ana Luiza Purri RJP 05523/MG

Edição: Bruno Assis

Reportagem: Lucas Alvarenga MTB 17.557/MG

Foto da capa: Freepik

PALAVRA DO PRESIDENTE



Divulgação/CFB

FABIO LIMA CORDEIRO
CRB-1/1763
PRESIDENTE

Esta 80ª edição do Boletim da Biblioteconomia é a primeira oportunidade que a 19ª Gestão do Conselho Federal de Biblioteconomia (CFB) tem após a eleição para falar diretamente sobre os desafios para o triênio 2022-2024. E o primeiro deles começou assim que assumimos, com a necessidade de organizar ações para o Dia do Bibliotecário (12/03) quando ainda nos entendíamos enquanto conselheiros.

Para as comemorações deste ano, decidimos dar luz a temas inerentes ao agir profissional e ao papel da atividade bibliotecária diante de uma sociedade em transformação permanente. Na reportagem de capa, mostramos como a disseminação de novas tecnologias da informação, como as redes sociais, causou transformações significativas em nossas relações e impôs desafios éticos únicos – inclusive aos bibliotecários, profissionais já acostumados a gerenciar a informação. Assim, a matéria nos convida a uma reflexão sobre a necessidade de agirmos com discernimento e

respondermos à intolerância e à má-fé nos limites da lei.

A ética também permeia as discussões em torno da desinformação e da produção de notícias falsas, as chamadas *fake news*. Nesta matéria, destacamos como os conteúdos distorcidos e maliciosos têm causado diversos problemas à sociedade, principalmente em função da velocidade de transmissão pelas mídias digitais. A reportagem ainda ressalta o papel do bibliotecário como disseminador de informações confiáveis e as possibilidades de atuação conjunta com profissionais de outros segmentos.

Além disso o boletim dedica um espaço para mostrar as iniciativas positivas do retorno das atividades presenciais em algumas bibliotecas do país. A matéria apresenta aos leitores um panorama sobre o enfrentamento do setor aos impactos causados pelo fechamento de espaços culturais e revela estratégias das bibliotecas para se manterem relevantes neste período. Entrega de livros em domicílio e a realização de atividades técnicas, como a normalização de trabalhos acadêmicos, são alguns exemplos que vamos apresentar.

Por fim, detalhamos aos bibliotecários as primeiras iniciativas da 19ª Gestão, seus planos para o Sistema CFB/CRB e os desafios para a Biblioteconomia nos próximos anos. Sabemos que há muito trabalho pela frente, mas queremos pautar nossa relação com a categoria pelo diálogo, respeito e abertura para acolher ideias e transformá-las em ações concretas para todos.

Boa leitura!

RESPEITAR O PRÓXIMO E GOVERNAR A SI MESMO

Infrações éticas nas redes sociais preocupam especialistas, que destacam o discernimento e a aplicação das leis como respostas à intolerância e à má-fé



Você diria o que escreve nas redes sociais diante de um auditório lotado? Essa pergunta simples, mas provocativa, ajuda a refletir sobre a dimensão que muitas opiniões escritas de forma intempestiva nas mídias digitais podem assumir. Embora as questões

éticas tenham ganhado novos contornos com a internet, o tema aflige a humanidade desde a Grécia Antiga. Em "A República", obra do século IV a.C., o filósofo Platão já dizia que o indivíduo ético é aquele capaz de governar a si mesmo, exercitando sua habilidade de autocontrole.

Com a violência de discurso simbólica, recorrente no âmbito das redes sociais, os indivíduos criaram uma falsa percepção de que esse espaço é uma terra selvagem e sem dono. Essa postura tem sido o estopim de uma crise profunda em relação ao papel exercido pelos

poderes instituídos. “À medida que o Poder Judiciário lança luz sobre as mídias digitais, impondo limites em favor do respeito à coletividade, surgem críticas, inclusive pedindo o fechamento do Supremo Tribunal Federal”, destaca o bibliotecário da Câmara dos Deputados, Cristian Brayner.

Essa dificuldade em estabelecer fronteiras inequívocas entre o público e o privado tem estimulado a prática de atos violentos, que ferem os acordos éticos até mesmo no exercício profissional. Para a coordenadora da Comissão de Ética Profissional do Conselho Federal de Biblioteconomia (CFB), Valéria Valls, a manifestação da opinião é importante, mas deve ser embasada por conhecimento e experiência. “Discordar às vezes se torna sinônimo de conflito. Vemos verdadeiros embates desnecessários em alguns grupos e redes, porque se pretende ter sempre razão ou uma opinião endossada.”



A Biblioteconomia tem ferramentas para contrapor o intolerável por meio da diversidade de discursos.

Henriette Ferreira Gomes, professora da UFBA



Para Henriette Gomes, o limite entre a tolerância e a intolerância passa por aquilo que coloca em risco a sociedade

Com isso, o exercício da tolerância e do respeito se tornou um dos grandes desafios da sociedade contemporânea. A bibliotecária e professora do Instituto de Ciência da Informação da Universidade Federal da Bahia (UFBA), Henriette Ferreira Gomes, recorre ao pensador italiano Umberto Eco para lembrar que é preciso equilíbrio nas relações com o outro. Para ele, o limite entre a tolerância e a intolerância passa por aquilo que coloca em risco a sociedade, a humanidade e a fraternidade. “A Biblioteconomia tem ferramentas para contrapor o intolerável por meio da diversidade de discursos”, sugere.

Bibliotecária e produtora de conteúdo, Andrielle Gomes acompanha de perto essa realidade por meio do seu perfil [Biblioteca Híbrida](#), com quase 11 mil seguidores no Instagram. Segundo ela, os discursos virtuais são muitas vezes associados com o direito à liberdade de expressão. “Mas se meu direito colide com outros direitos fundamentais, inerentes ao ser humano, o meu deixa de valer quando violo o seu. É preciso entender a importância da ética, até por estamos sujeitos de responder criminalmente por ferir os direitos fundamentais do outro.”

Há profissionais que, da mesma forma que ela, produzem conteúdo digital por conta própria ou

em nome das instituições em que atuam. Em ambos os casos, é preciso que haja consciência de que cada publicação ou comentário representa o agir dos bibliotecários. Ela destaca que as mídias sociais são ferramentas que impulsionam a atuação profissional, podendo elevar ou depreciar, em grande escala, toda a categoria. Por isso, é preciso conhecer as diretrizes das plataformas, os meios adequados para a comunicação desejada e qual a linguagem deve ser empregada.

CÓDIGO DE ÉTICA

Preocupada com a adequação do Código de Ética e Deontologia do Bibliotecário aos novos tempos, a 17ª Gestão do CFB (2016-2018) promoveu uma consulta pública para reformulá-lo. O processo, conduzido de forma amplamente democrática, permitiu a participação de bibliotecários e da sociedade em geral na construção do documento, atualizado em novembro de 2018. “Fruto desse espírito democrático,

nosso Código tem a finalidade de garantir bibliotecas de qualidade, beneficiando a sociedade com profissionais éticos em suas atividades”, explica Cristian.

Por acolher as sugestões da sociedade e cristalizá-las no atual texto normativo, o bibliotecário acredita que o Código de Ética não deveria causar estranhamento por parte da categoria. Pelo contrário, os esforços para mantê-lo coerente com os tempos atuais exigem desse profissional uma nova postura em relação ao texto. “Se olharmos aten-



A legislação sobre o direito autoral deve ser respeitada por todos profissionais, mas para o bibliotecário ela deve ser um dever de ofício.

*Valéria Valls,
coordenadora da
Comissão de Ética
Profissional*

Bruno Assis





Freepik

tamente para o documento, veremos como ele nos permite refletir sobre o respeito ao outro, o agir profissional e o nosso papel mediador. Talvez não seja necessário atualizá-lo, mas problematizá-lo”, corrobora Henriette.

Segundo Valéria, o texto normativo é um instrumento indispensável, embora não seja a única fonte garantidora da ética. Para a conselheira, enquanto o Código orienta,



Se o meu direito colide com outros direitos fundamentais, o meu direito deixa de valer quando violo o seu.

*Andrielle Gomes,
bibliotecária e produtora
de conteúdo*

os valores humanos delimitam as fronteiras do que é ético. “Empatia é algo pessoal e depende dos valores e visão de mundo de cada um. Ter uma postura crítica, emitir opinião e discordar de algo ou alguém faz parte do direito à liberdade de expressão. Mas ela tem limites constitucionais: não é possível usá-la para cometer crimes de calúnia, injúria, difamação, racismo ou homofobia.”

Em sua prática diária na Rede de Bibliotecas do Sesc em Goiás e nas redes sociais, Andrielle carrega consigo os preceitos do Código de Ética. “Observar o cunho liberal da profissão, com moral e ética, e tratar colegas e usuários com respeito e civilidade são prerrogativas do texto, que amparam os profissionais e direcionam discursos e ações de forma legítima”, ressalta. Por isso, seja no ambiente de trabalho, na internet ou em qualquer outro contexto, ela defende que é preciso compreender a atuação do bibliotecário como uma extensão do seu agir em sociedade.

DIREITOS DO AUTOR

Recentemente em suas redes, a produtora de conteúdo divulgou um guia prático sobre ética, com atenção

especial ao direito autoral. “Sempre ressalto que só a informação combate a desinformação”, defende. Nas mídias sociais, ela sugere o uso de algumas estratégias para inibir violações nos conteúdos, como inserir marca d’água em vídeos e imagens; deixar visível a não autorização de reprodução; solicitar exclusão ou devida referência caso não haja citação da fonte; denunciar a publicação segundo as diretrizes das plataformas; enviar uma notificação extrajudicial de violação de direito autoral e até buscar apoio do Judiciário.

Há, ainda, quem defenda a necessidade de identificar os gargalos da Lei nº 9.610/1998, que consolida a legislação de direitos autorais no país. “Precisamos conhecê-la não apenas pela questão dos impedimentos, mas porque ela potencializa o protagonismo do bibliotecário junto aos autores”, destaca Cristian. Por isso, ele apoia a edição de um projeto de lei ordinária capaz de enfrentar as limitações da norma. “O texto permite a reprodução de parte de um livro, mas qual é esse percentual? O legislador precisa definir, mas o CFB pode ser protagonista desse processo.”

O respeito à propriedade intelectual faz parte, inclusive, do Código de Ética. Segundo Valéria, in-



Toda discussão é ética quando o outro pode falar. (...) Sem isso, o que sobra? Sobram indivíduos com seus farrapos de crenças.

*Cristian Brayner,
bibliotecário da Câmara
dos Deputados*

felizmente há quem acredite que as redes sociais são um espaço onde tudo é permitido. “A legislação sobre o direito autoral deve ser respeitada por todos profissionais, mas para o bibliotecário ela deve ser um dever de ofício. Então, considero relevante que ações de formação sejam amplificadas para o melhor entendimento do tema”, salienta.

INSTITUIÇÕES EM AÇÃO

Assim como Valéria, Henriette reconhece o papel dos cursos de Biblioteconomia na criação de

ambientes mais saudáveis para o diálogo e o entendimento dos limites éticos, pessoais e profissionais. “Precisamos atuar cada vez mais próximas de instituições como a Associação Brasileira de Educação em Ciência da Informação (Abecin) e a Associação de Pesquisa e Pós-graduação em Ciência da Informação (Ancib). Só assim poderemos discutir esses currículos e a formação do profissional, estimulando o protagonismo do bibliotecário.”

Ex-conselheira do CFB, a professora da UFBA acredita que a autarquia tem discutido as questões éticas há várias gestões, com

a elaboração de pesquisas para verificar a inclusão de disciplinas sobre o tema no ensino superior até a realização de debates teóricos e práticos. Para Henriette, embora o papel do CFB seja fundamental, é preciso reforçar a articulação com as entidades representativas e engajar os pesquisadores a publicarem mais sobre o assunto, pois a ciência é outra instância legitimadora da verdade.

Recém-empossada, a 19ª Gestão do CFB planeja promover ações para amplificar o diálogo e divulgar o Código de Ética. “Esse planejamento envolverá as comissões de Ética

dos conselhos regionais, reverberando em todos os estados. Queremos ampliar o entendimento em relação à nossa deontologia e, quem sabe, minimizar infrações, que são sempre desgastantes para as partes envolvidas e nos desviam dos nossos objetivos mais básicos”, enfatiza Valéria.

NOS LIMITES DA LEI

Conselheiro da Comissão de Ética Profissional na 18ª Gestão, Cristian Brayner lembra que os processos de análise de supostos atos infracionais normalmente são longos e cuidadosos. “Eles são feitos de forma sigilosa até para garantirmos a continuidade dos serviços prestados sem gerar nenhum tipo de insegurança aos usuários das bibliotecas”. Mas, apesar de demandar tempo, ele ressalta: não existe direito absoluto. “Há uma falsa ideia de liberdade de expressão como direito absoluto. Mas o que legitima um discurso ou outro é o que está na lei.”

A abertura de processos éticos conta com o apoio da assessoria jurídica do CFB. No entanto, para Henriette, as crescentes violações à ética justificam, no futuro, a necessidade de consultores *ad hoc*, que ajudem a instrumentalizar os pareceres produzidos pela Comissão de Ética Profissional. “Nessa análise, é preciso também alargarmos o espaço do contraditório para entendermos se a pessoa se perdeu no subterrâneo da internet ou se foi realmente um ato de má-fé. A ciência da informação tem oferecido cada vez mais subsídios para isso.”

Os cuidados em se expressar não impedem, porém, que o bibliotecário deixe de exercer sua posição so-

bre determinado assunto. Os especialistas ressaltam, no entanto, que cabe ao profissional agir como um eterno desconfiado, tendo cautela em função da atividade que exerce. A situação se agrava porque a maior parte da categoria é constituída por servidores públicos, sobre os quais incidem princípios da impessoalidade e da moralidade.

Segundo Cristian, antes de apresentar uma pesquisa ou levantamento bibliográfico, é necessário ter cuidado ao estabelecer o espectro do objeto sobre o qual se debruça. O mesmo comportamento deve se repetir nas redes sociais. “Às vezes, a paixão ensandecida por uma tese faz com que o bibliotecário apresente como verdade aquilo que não é fato. Essa atitude é um desserviço à Biblioteconomia”, argumenta.

Além disso, as situações de intolerância e ódio têm acometido

todas as esferas da sociedade, inclusive os bibliotecários. Entretanto, a categoria, diferentemente de outras atividades, tem a missão de lutar incansavelmente para garantir o acesso à informação e ao conhecimento qualificado. “Uma atuação pautada na curadoria, mediação, tratamento e divulgação da informação, além da orientação do público-alvo, é fundamental para formarmos uma sociedade mais justa, fraterna, plural e bem informada”, acredita Andrielle.

Para Cristian, a grande questão da ética está no ato de deslegitimar a voz do outro, seja ele pessoa física ou jurídica, porque aquela voz lhe incomoda. “Toda discussão é ética quando o outro pode falar. O teólogo italiano São Tomás de Aquino já dizia ‘temo o homem de um livro só’. Isso representa o radicalismo discursivo e a morte do outro. Sem isso, o que sobra? Sobram indivíduos com seus farrapos de crenças”, arremata.



Andrielle Gomes lembra que cada publicação ou comentário representa o agir dos bibliotecários

COMBATE ÀS INFORMAÇÕES FALSAS: UMA TAREFA DOS BIBLIOTECÁRIOS

Com o avanço das redes de desinformação, cursos de Biblioteconomia reforçam formação tecnológica e profissionais vislumbram proximidade com jornalistas



Notificações surgem a todo instante na tela do *smartphone*. Interações nas redes sociais e nos aplicativos de mensagens instantâneas, atualizações em blogs e portais de notícias, e-mails nas caixas de entrada. Para conseguir dimensionar esse impacto, basta olhar os números. Em outubro de 2020, por exemplo, o WhatsApp – mensageiro mais popular do mundo – atingiu o recorde de mais de 100 bilhões de

mensagens enviadas por dia. Uma avalanche de informações que, por um lado, ajuda a popularizar o conhecimento e, por outro, precisa ser vista com cautela.

Nesse sentido, o maior perigo está na disseminação de notícias falsas, as chamadas *fake news*. De acordo com o site oficial da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco), elas são conteúdos produzidos para danificar a credibilidade da notícia.

Por isso, diferenciam-se da ideia de desinformação, que é vista pela entidade como qualquer tentativa deliberada para confundir ou manipular pessoas por meio da transmissão de informações desonestas.

E a pandemia de Covid-19 mudou a forma como as pessoas vêm essa questão. Uma pesquisa do Instituto Reuters, em parceria com a Universidade de Oxford, no Reino Unido, mostrou que o consumo de informações no Brasil se alterou

desde 2020: a maioria dos brasileiros trocou a busca por notícias na TV pelas redes sociais. Porém, com a velocidade das mídias digitais, o território da manipulação e do des-crédito noticioso cresceu de forma rápida e destrutiva, criando uma epidemia de informações, classificada pelos especialistas como ‘infodemia’.

Diante da árdua tarefa de combater inverdades, algumas profissões têm se esforçado para checar dados e origem. “O tratamento técnico conferido às informações pressupõe a verificação da veracidade direto na fonte, que precisa ter critérios mínimos de confiabilidade. Logo, o bibliotecário é um dos entes que podem auxiliar diversos profissionais – como pesquisadores, professores e jornalistas – a utilizarem melhor os canais disponíveis”, avalia o presidente do Conselho Regional de Biblioteconomia da 6ª Região (CRB-6), Álamo Chaves.

É o que também defende o especialista em jornalismo de dados e fundador do Projeto Impacto.Jor, Pedro Burgos. Fazendo menção ao livro “A dieta da informação: uma defesa do consumo consciente”, de Clay Johnson (2019), ele defende o rigor técnico dedicado à tarefa de checagem de fatos. “A informação deveria conter, assim como uma comida, seus dados ‘nutricionais’, ou seja, quanto daquilo é anedota, opinião, viés de confirmação e informação de fato”, exemplifica.

PREPARADOS NA GRADUAÇÃO

Popularizados desde o referendo para a saída britânica da União Europeia (Brexit), ocorrido em 2016, os termos *fake news* e desinformação não se tratam de uma

novidade para os bibliotecários. Geisa Müller, professora do curso de Biblioteconomia da Universidade Federal de Goiás (UFG), destaca que o uso de informação confiável sempre esteve presente durante o processo de formação do bibliotecário nas universidades. “Os alunos são preparados para gerenciar fluxos informacionais, aspectos de representação e sistematização, além do uso e da disseminação dos dados”, lista.

Para a bibliotecária, que também é mestre em Comunicação, Mídia e Cultura e doutoranda em Comunicação, os cursos de graduação ampliam a discussão sobre a informação para aspectos como o comportamento e o letramento informativo. “Os bibliotecários chegam ao mercado de trabalho com



O bibliotecário é um dos entes que podem auxiliar diversos profissionais a utilizarem melhor os canais disponíveis.

Álamo Chaves, presidente do CRB-6

Professora do curso de Biblioteconomia da UFG, Geisa Müller acredita que os bibliotecários saem da faculdade com habilidades para lidar com a informação



Arquivo Pessoal



Freepik



Os bibliotecários chegam ao mercado de trabalho com habilidades específicas para lidar com a informação, seja no contexto da cultura digital ou não.

*Geisa Müller,
professora do curso de
Biblioteconomia da UFG*

habilidades específicas para lidar com a informação, seja no contexto da cultura digital ou não. Esse é um processo amplo, que integra ações para localização, acesso e uso de dados, gerando conhecimento para a tomada de decisão e solução de problemas.”

De acordo com o Ministério da Educação (MEC), há 64 cursos de graduação em Biblioteconomia ativos no Brasil, nos graus de bacharelado ou licenciatura, tanto presenciais quanto a distância. “Cada curso está em um nível de desenvolvimento e atualidade distintos, na tentativa de dar conta das demandas da sociedade. Entretanto, é possível inferir que nas universidades há a consciência dos problemas relacionados às *fake news* e sua capacidade diária de reinvenção. Por isso, cabe ao bibliotecário se atualizar e se aperfeiçoar constantemente”, analisa Álamo.

Uma das estratégias adotadas pela UFG para enfrentar os novos

desafios impostos pela distorção e manipulação de informações na cibercultura é descentralizar as discussões. “A partir da nossa experiência, começamos a inserir o debate sobre os diversos ambientes informacionais digitais e seus fluxos não apenas nas disciplinas de tecnologia. Assim, a discussão perpassa de forma crítica todos os eixos propostos pelo curso”, explica Geisa.

INTERAÇÃO ENTRE PROFISSÕES

Da mesma forma que os bibliotecários, jornalistas também possuem em sua formação as habilidades necessárias para a checagem de fatos e fontes. Com a proliferação recente de conteúdos que ferem os padrões de credibilidade jornalística, uma série de empresas e profissionais do setor têm se organizado para lançar iniciativas que verificam se uma notícia é real



Álamo Chaves, presidente do CRB-6, acredita que o bibliotecário possa trabalhar em conjunto com outras profissões no combate à desinformação

ou falsa, como é o caso do Comprova. A iniciativa colaborativa, criada em 2018, reúne dezenas de veículos aptos a monitorar e reagir com rapidez à circulação de conteúdos considerados problemáticos.

O editor-assistente do Comprova, José Antonio Lima, ressalta que a iniciativa abastece frequentemente as redes sociais e procura melhorar o contato com os leitores, com o intuito de facilitar a circulação das verificações. “Os veículos que fazem parte da iniciativa são os responsáveis por garantir que nosso material chegue ao grande público. O desafio, assim, é atingir as pessoas que, por uma série de razões, não con-

somem o jornalismo profissional.”

Segundo José Antonio, o combate às redes de desinformação se intensificará neste ano, devido às eleições em outubro. “O desafio é grande pela necessidade de reagir rápido aos conteúdos problemáticos, que podem deslegitimar o processo eleitoral ou afetar de forma injusta a disputa”, reforça. Por isso, o jornalista não descarta uma aproximação futura entre os profissionais das redações e os bibliotecários para agilizar o trabalho de apuração junto aos acervos dos veículos – o que já acontece nos Centros de Documentação (Cedocs).

No entanto, para que essa aproximação se concretize, dois empecilhos precisam ser resolvidos, de acordo com o editor-assistente do Comprova. “Um dos problemas é a dificuldade de financiamento enfrentada pelo jornalismo profissional como um todo e, em particular, pelas iniciativas de verificação de informações. Além disso, é fundamental que, de lado a lado, haja mais conhecimento sobre como as atividades de cada profissão funcionam. Isso permitiria que a organização do acervo, por exemplo, fosse feita de modo a otimizar sua utilização”, observa.

Na avaliação do presidente do CRB-6, essa interação não só é possível, como produtiva. “Uma checagem mais extensa sobre determinado assunto pode demandar uma pesquisa documental aprofundada em materiais e arquivos de difícil acesso, como registros históricos, fotografias e gravações de vídeos. O bibliotecário é o profissional apto a realizar o levantamento documental de todo esse acervo e fornecer insumos ao trabalho do jornalista”, argumenta Álamo.

ATUAÇÃO DO BIBLIOTECÁRIO

A consciência sobre a importância do combate à produção de conteúdo falso ou manipulado tem crescido entre profissionais da comunicação e da informação. “Se pararmos para pensar, o número de publicações, produções científicas e *lives* deu um salto enorme em relação a esse assunto, pois houve uma maior quantidade de desinformação e *fake news* circulando. Não por acaso, muitos bibliotecários já atuam em parceria com outras áreas para criar programas de formação em seus locais de atuação para combater essa rede de inverdades”, constata Geisa.



Ser transparente ajuda o leitor a entender a origem das fontes e separar as de melhor qualidade de outras duvidosas.

José Antonio Lima, editor-assistente do Comprova

Recentemente, a bibliotecária e professora da UFG desenvolveu um projeto conjunto com a Universidade de Heriot-Watt, da Escócia, denominado “Empoderando comunidades vulneráveis contra a desinformação e *fake news*”. O programa habilita pessoas em situação de vulnerabilidade, como moradores de rua e de favelas de Goiânia, a identificar notícias falsas a partir de exercícios, atividades e jogos ao estilo RPG baseados no folclore brasileiro. “Queríamos que eles desenvolvessem um pensamento crítico em relação à informação”, defende.

No dia a dia, os bibliotecários podem se contrapor às informações falsas adquirindo habilidades técnicas para ampliar o alcance do seu trabalho. De acordo com Álamo, o profissional precisa estar inserido no processo de produção de conhecimento para que ele tenha a prerrogativa de ajudar no combate às *fake news*. Por isso, defende que o processo de desmonte das notícias falsas possa partir de instituições oficiais, como o Conselho Federal e os conselhos regionais de Biblioteconomia, para que o bibliotecário esteja imbuído de autoridade para desmenti-la.

O Código de Ética e Deontologia da área estabelece que o bibliotecário é responsável pelas informações que fornece, de acordo com os preceitos do Código Civil, do Código de Defesa do Consumidor e da Lei de Acesso à Informação vigentes. “O profissional que criar, divulgar ou compartilhar *fake news* pode responder a um processo ético no CRB de sua jurisdição, assim como pode ser responsabilizado judicialmente pelas mentiras que difundir”, lembra Álamo.

Para não se tornar um agente

transmissor de conteúdos falsos, os especialistas defendem não só o conhecimento sobre conceitos, fluxos e funcionamento dos ambientes de informação. É preciso entender a legislação vigente, assim como refletir sobre a exten-

são dos danos causados pela desinformação às populações mais vulneráveis. “Ser transparente ajuda o leitor a entender a origem das fontes e separar as de melhor qualidade de outras duvidosas”, aconselha José Antonio.

BIBLIOTECÁRIOS NO COMBATE ÀS FAKE NEWS

Conheça dez iniciativas para se contrapor à desinformação e à produção de notícias falsas

- ✓ Mantenha-se atualizado, por meio de notícias e informações em portais confiáveis;
- ✓ Tenha curiosidade de pesquisar sobre assuntos diversos para não se seduzir facilmente por conteúdos tendenciosos;
- ✓ Compartilhe suas dúvidas e incertezas com profissionais de outras áreas para ampliar a compreensão sobre determinados temas;
- ✓ Aprenda a utilizar ferramentas de tecnologia de comunicação e da informação de forma qualificada;
- ✓ Busque outras formas de aperfeiçoamento e capacitação constantes após a graduação em Biblioteconomia;
- ✓ Mantenha a ética e o respeito pelos colegas e pelas instituições;
- ✓ Preserve o cunho humanista da profissão, fundamentado na liberdade de investigação científica;
- ✓ Não se deixe levar pelas ‘ondas do momento’, como ideologias políticas ou partidárias;
- ✓ Trabalhe com o rigor metodológico que a ciência requer;
- ✓ Seja implacável na busca constante pela verdade.

Fonte: Álamo Chaves, presidente do CRB-6

Escaneie o QR Code e leia, **na edição 79**, o artigo do ex-conselheiro do CFB, Antônio Afonso, sobre o papel dos bibliotecários no combate às *fake news*.



INTERESSE PELA LEITURA MOVE REABERTURA DE BIBLIOTECAS

Com retorno gradual do setor cultural, instituições retomam atividades presenciais sem se esquecer do legado digital adquirido na pandemia



Biblioteca Estadual do Ceará

Divulgação Biblioteca Estadual do Ceará

Bibliotecas fechadas, teatros sem público e salas de cinema vazias. O início da transmissão comunitária da Covid-19 no Brasil, ocorrido em março de 2020, precedeu uma série de eventos que abalaram diversos segmentos da sociedade, especialmente o setor cultural. Essas atividades foram as primeiras

a parar e as últimas a serem retomadas. Com isso, só no primeiro ano da pandemia, o segmento perdeu 620 mil profissionais em relação ao ano anterior (-11,4%), segundo dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Covid-19 (PNAD Covid-19) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

As orientações sanitárias para se evitar aglomerações tiveram impacto imediato nas bibliotecas. Um estudo conduzido pelos bibliotecários-documentalistas do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo (IFSP), Rosângela Galdino e William Eduardo Righini, em 2021,

mostrou que a maioria dos bibliotecários não se sentia confiante e confortável com o retorno presencial antes da vacinação contra a Covid-19. Os pesquisadores entrevistaram 34 profissionais dos Institutos de Educação do Estado de São Paulo, sendo 32 bibliotecários e dois auxiliares durante os dias 7 a 17 de dezembro de 2020, com um questionário elaborado a partir dos critérios sanitários indicados no protocolo de biossegurança do Conselho Regional de Biblioteconomia da 8ª Região (CRB-8). De acordo com Rosângela e William, a maior preocupação desse grupo era retomar as atividades presenciais com segurança para servidores e usuários das bibliotecas.

O desconhecimento sobre a Covid-19 e o conseqüente avanço da pandemia suscitou dúvidas. Como algumas medidas dependiam de recursos financeiros ou de mudanças estruturais, havia o temor pela impossibilidade do retorno presencial. “Embora conhecessem os protocolos de biossegurança, a maioria dos bibliotecários acreditava que as bibliotecas não estavam preparadas para garantir o distanciamento entre os alunos e os servidores e tinha dúvidas se haveria equipamentos de proteção individual (EPIs)”, salientam os pesquisadores.

SETOR RESILIENTE

Mas a procura pelos livros fez com que os bibliotecários de todo o país criassem estratégias para continuar oferecendo produtos e serviços aos usuários, inclusive atividades culturais. “Algumas bibliotecas realizaram clubes de leitura, ações de acolhimento e treina-

mentos, sempre de forma remota. Contudo, de modo geral, parte dos alunos tinha dificuldades de acesso, seja por não ter condições de pagar um plano de internet adequado às necessidades ou por não saber utilizar determinados programas”, ressaltam Rosângela e William.

Para ampliar os meios de acesso à informação de forma simples e prática, a Biblioteca Central de Ideias da Usiminas, localizada em Ipatinga (MG), instituiu o sistema de *delivery* de livros desde outubro de 2020. A iniciativa, que faz parte da Fundação Ação Educativa, permitiu a entrega de quase 2 mil obras em domicílios das cidades de Coronel Fabriciano, Ipatinga, Santana do Paraíso e Timóteo, situadas no Colar Metropolitano do Vale do Aço, em Minas Gerais. Mesmo com a reabertura da biblioteca, em novembro de 2021, a ação continuará a ser promovida.

Os livros podem ser selecionados a partir de uma busca on-line pelo acervo da biblioteca. Depois de reservados, são entregues nas terças-

-feiras por um *motoboy* do Instituto Usiminas, com devolução agendada para 15 dias após o empréstimo. As obras são enviadas às residências em pacotes específicos, que devem ser utilizados na hora da devolução. Para cumprir os protocolos necessários à prevenção da Covid-19, os livros são isolados por 14 dias, em um espaço adaptado no Centro Cultural Usiminas, antes de serem emprestados para outros usuários.

Desde o início da iniciativa, a Biblioteca Central da Usiminas ganhou mais de 500 sócios entre os quase 15,9 mil cadastrados, aumentando em 25% a taxa de devoluções. A ação cativou o estudante Caio Guedes, de 18 anos, que teve na leitura uma das principais atividades durante o isolamento social. Usuário frequente da Central de Ideias desde que tinha sete anos de idade, o estudante revela que a experiência de receber os livros em casa tem sido incrível. “Sempre gostei de ler e, com a pandemia, passei a ler mais para passar o tempo”, conta.



Biblioteca de Ideias da Usiminas manteve o sistema de *delivery* de livros mesmo após a reabertura, em novembro de 2021

Divulgação Usiminas

O 'GRANDE ENSAIO'

Se por um lado as medidas de distanciamento social desencadearam o fechamento temporário de bibliotecas em todo o país, por outro, a leitura se tornou uma grande fonte de interação e companhia para brasileiros como Caio. De acordo com o 11º Painel do Varejo de Livros no Brasil, produzido pela Nielsen BookScan em 2021, 36,1 milhões de exemplares foram vendidos entre os meses de janeiro e setembro daquele ano. Segundo o Sindicato Nacional dos Editores de Livros (Sned), o volume representa um aumento de 39% em relação ao mesmo período de 2020.

Diretora da GL Events Exhibitions, a executiva Tatiana Zaccaro foi uma das responsáveis pela Bienal do Livro Rio 2021, realizada de forma híbrida entre 3 e 12 de dezembro. Ela observa que a relação entre leitor e livro se fortaleceu no período porque esses dispositivos foram janelas para o mundo. "Depois de 18 meses

sem eventos, a Bienal marcou o reencontro de leitores e seus autores preferidos e promoveu reflexões sobre os mais diversos e importantes temas para a sociedade, com diálogos olho no olho."

Embora tenham tido apenas quatro meses e meio para organizar o evento, Tatiana ressalta que todos os cuidados sanitários foram tomados. Para preservar o ambiente plural e democrático das outras edições, a Bienal se apropriou de uma área de 100 mil m² no Riocentro, com metade ao ar livre. Além de as 'avenidas' e os espaços entre os estandes ficarem mais largos, o público foi dividido em turnos, com limite de vendas de ingressos por período. Àqueles que se sentissem inseguros, ainda havia a possibilidade de assistir aos eventos on-line, de forma gratuita.

E os resultados foram superlativos para o momento de pandemia que o país ainda atravessava: 250 mil pessoas circularam pelos pavilhões da Bienal, 750 mil acessaram



Divulgação Bienal do Rio

Uma das responsáveis pela Bienal do Livro Rio, Tatiana Zaccaro vê a relação entre leitores e livros mais forte

a plataforma digital do evento e mais de 2 milhões de obras foram vendidas pelos expositores. "Ser o primeiro evento de grande porte era uma responsabilidade enorme, mas conseguimos comprovar que é



Sempre gostei de ler e com a pandemia passei a ler mais para passar o tempo.

Caio Guedes, estudante



Divulgação Usiminas



Bienal do Livro Rio recebeu mais de 250 mil pessoas em seus pavilhões

possível fazer algo grandioso com segurança e qualidade. A Bienal do Livro Rio é um momento de experiência leitora sem igual e o público estava ávido por isso”, enfatiza.

RETOMADA GRADUAL

O aumento do contato com as bibliotecas tem sido recorrente à medida que a vacinação avança e a pandemia perde letalidade, mas a reabertura ainda exige cuidados. A Biblioteca Pública do Estado do Ceará (Bece) retomou suas atividades em abril de 2021, após meses de inatividade. Inicialmente o atendimento foi realizado por meio de agendamento prévio, pela inter-

net, até o mês de novembro. Hoje o acesso é livre, mediante o uso obrigatório de máscara e a apresentação do passaporte vacinal completo contra a Covid-19.

Bibliotecária da Bece, Enide Vidal acredita que a realização de atividades presenciais – como oficinas, contações de histórias, clubes de leituras, visitas guiadas – e o acervo de 100 mil exemplares para empréstimo e consulta no local potencializam as ações da instituição. “A avaliação de satisfação do público em relação à nossa infraestrutura, serviços, atendimento ao usuário e programação cultural e educativa gratuita é bastante positiva. Nossas redes sociais recebem, diariamente, bons *feedbacks*”, revela.



“A Bienal do Livro Rio é um momento de experiência leitora sem igual e o público estava ávido por isso.”

Tatiana Zaccaro, uma das organizadoras da Bienal do Livro Rio 2021



As atividades na Biblioteca Pública do Estado do Ceará retornaram ao presencial em abril de 2021

As mídias digitais, inclusive, têm cumprido um papel relevante para reforçar as ações de prevenção ao coronavírus. Por meio delas, aliado à conscientização dos funcionários e dos usuários e da sinalização do espaço da biblioteca, a equipe da Bece divulga orientações sobre a importância do uso de máscaras e álcool em gel, além da eficácia do distanciamento social e da vacinação para a mudança do quadro epidemiológico no estado.

Com todos esses cuidados, mais de 26,5 mil visitantes frequentaram a instituição entre agosto de 2021 e fevereiro de 2022. Nesse período, a Bece registrou mais de 7 mil livros emprestados, 3.451 novos usuários cadastrados e 430 ações culturais e educativas realizadas de forma virtual e presencial. “A Biblioteca Pública Estadual do Ceará tem uma longa história na promoção da cultura, educação e conhecimento. São quase 155 anos potencializando saberes e fazeres como dimensões sociais, culturais e educativas, movimentando vidas e visões de mundo a partir de seus setores e espaços diversos”, argumenta Enide.

NOVO PAPEL SOCIAL

Mas há quem não tenha parado durante a crise sanitária. A Biblioteca do Hospital Geral de Fortaleza (CE), uma referência em atendimento na região, possui um acervo total de 4.630 obras, sendo 2.290 títulos diferentes. Segundo o bibliotecário da instituição, Kelson de Oliveira Monteiro, a instituição ficou apenas três dias inativa. No entanto, o período foi usado para traçar, junto à Comissão de Controle de Infecções Hospitalares (CCIH), as diretrizes da biblioteca para o atendimento aos 4.407 funcionários do hospital durante a pandemia.

“Desde o início, estabelecemos limitações de acesso e quantidade de pessoas em circulação pelo ambiente. Temos três espaços no local: uma sala de leitura, onde fica o acervo; 18 cabines com computadores; e salas individuais. Como medidas de prevenção, intercalamos as cabines, dobramos o número de vezes em que há limpeza dos terminais e adotamos a política do jaleco zero, que



A biblioteca tomou conta dos TCCs para que os médicos se dedicassem ao combate à pandemia.

*Kelson Monteiro,
bibliotecário da Biblioteca
do Hospital Geral de
Fortaleza*

Arquivo Pessoal

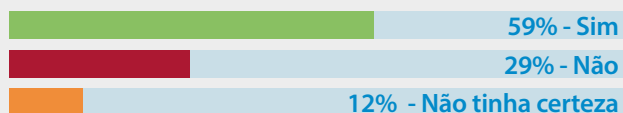


Bibliotecário da Biblioteca do Hospital Geral de Fortaleza, Kelson Monteiro viu a instituição se tornar referência junto à Secretaria de Saúde do Ceará

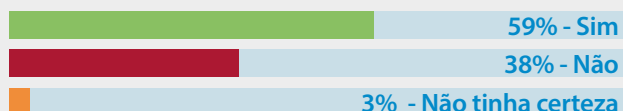
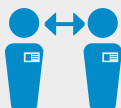
CONDIÇÕES DE BIOSSEGURANÇA NAS BIBLIOTECAS

De acordo com bibliotecários entrevistados nos Institutos de Educação do Estado de São Paulo em dezembro de 2020

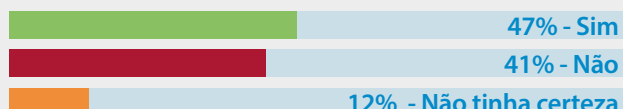
JANELAS E PORTAS PARA GARANTIR A VENTILAÇÃO NATURAL



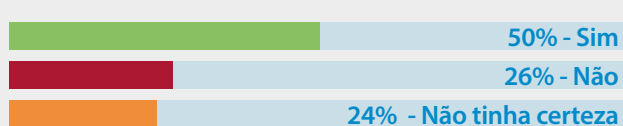
ESPAÇO PARA DISTANCIAMENTO ENTRE OS SERVIDORES



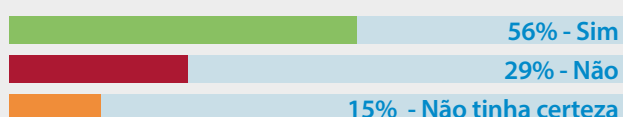
ESPAÇO PARA DISTANCIAMENTO ENTRE USUÁRIOS



MEIOS PARA GARANTIR O ACESSO ADEQUADO AOS MEIOS DE HIGIENIZAÇÃO DAS MÃOS



ACESSO A EPIS POR SERVIDORES E USUÁRIOS DA BIBLIOTECA



Fonte: estudo de Rosângela Galdino e William Righini (IFSP).

proibiu o uso da vestimenta dentro da biblioteca, evitando mais uma fonte de contaminação”, destaca.

Embora seja um espaço de leitura, o foco da biblioteca está nos serviços de orientação sobre o uso da base de dados, especificações de pesquisa e serviços de normalização para Trabalhos de Conclusão de Curso (TCCs) de médicos residentes. “A biblioteca tomou conta dos TCCs para que os médicos se dedicassem ao combate à pandemia. Ao assumirmos a responsabilidade de traçar uma metodologia e aplicar a normalização, tornamo-nos referência para o estado, o que melhorou a visibilidade do hospital junto à Secretaria de Saúde do Ceará”, orgulha-se Kelson.

Mesmo em um ambiente de alto risco de exposição ao vírus, o bibliotecário se disse tranquilo em realizar seu trabalho. “A biblioteca aqui é diferenciada, pois a área da saúde respeita o equipamento e o admira, com uma manutenção obrigatória em hospitais com residência médica. Sempre levamos a ferro e fogo a questão do distanciamento e, com os altos índices de vacinação, percebemos um momento propício à flexibilização da rotina presencial”, avalia.

Diante dos impactos causados pelo fechamento de centenas de atividades culturais, milhares de profissionais como Tatiana, Enide e Kelson se esforçaram para garantir à população o direito elementar ao acesso à cultura. “Com o aumento da

vacinação, os eventos B2B, de certa forma, acabaram protagonizando a retomada do setor, porque o ser humano é social e precisa dessa interação”, afirma Tatiana. Na esteira desse movimento, as bibliotecas também reabrem ao público, mostrando que há vida literária e informativa mesmo em meio à pandemia.



Confira na edição 78 como os bibliotecários enfrentaram a pandemia com criatividade. Aponte o celular para o QR Code e boa leitura!

EM DEFESA DO DIÁLOGO E DA PARTICIPAÇÃO

Presidente eleito para a 19ª Gestão do CFB, Fábio Lima Cordeiro revela expectativas para o futuro da Biblioteconomia e os desafios para o próximo triênio



Diretoria eleita para a 19ª Gestão tomou posse em janeiro, na capital federal

Agradidão pela Biblioteconomia transformou um antigo sonho de Fábio Lima Cordeiro (CRB-1/1763) em compromisso com os bibliotecários de todo o país. Para retribuir tudo que a profissão lhe proporcionou, candidatou-se para a 19ª Gestão do Conselho Federal de Biblioteconomia (CFB) e, no dia 5 de janeiro de 2022, foi eleito como presidente. Assumiu a missão de representar milhares de bibliotecários, que, assim como ele, se dedicam a melhorar o acesso a fontes confiáveis de informação para todos.

Bibliotecário há 20 anos, Fábio é formado na Universidade de Brasília (UnB), onde se tornou mestre em Propriedade Intelectual e Transferência de Tecnologia para Inovação (2019). Embora também seja graduado em Direito pelo Instituto de

Educação Superior de Brasília (2014), sempre se dedicou à profissão de bibliotecário. Como supervisor de Gestão da Informação da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), atualmente é responsável por coordenar o Sistema Embrapa de Bibliotecas.

Apesar da experiência prévia adquirida, o caminho até às instâncias representativas foi um movimento recente. A primeira vez que Fábio se candidatou, ainda no Conselho Regional de Biblioteconomia da 1ª Região (CRB-1), foi em 2018. Terminou a eleição como presidente daquela jurisdição e, alguns anos depois, também se tornou vice-presidente da Associação dos Bibliotecários e Profissionais da Ciência da Informação do Distrito Federal (ABDF), cargo que ocupou

de janeiro a setembro de 2021.

Nos primeiros meses à frente do CFB, tem se dedicado a escutar os presidentes regionais e os conselheiros federais para organizar as propostas e prioridades da atual gestão. Até mesmo porque, diferentemente do que ocorre na votação dos conselhos regionais, a eleição no CFB é individual, sem a formação de chapa. Por isso, esse período inicial é de extrema dedicação para organizar o planejamento para o triênio 2022-2024.

Em entrevista ao Boletim da Biblioteconomia, o presidente da 19ª Gestão detalha como pretende ampliar o diálogo dentro do Sistema CFB/CRB, promover a adequação da Biblioteconomia ao mundo digital e fortalecer a representatividade da profissão junto ao Poder Legislativo. Confira!

CFB – A 19ª Gestão completou pouco mais de dois meses de trabalho. Como têm sido os primeiros contatos com as comissões e representações regionais?

Fábio Cordeiro – O tempo decorrido é curto, mas não tem sido um empecilho para colocarmos em prática o que defendemos em nossas candidaturas. Queremos fortalecer o diálogo com os conselhos regionais de Biblioteconomia (CRBs) e, no dia 3 de fevereiro, tivemos a felicidade de nos apresentarmos de forma virtual aos presidentes das representações regionais e ouvir sobre os desafios impostos à fiscalização da profissão no Brasil.

O encontro nos permitiu conhecer melhor o perfil dos profissionais que lideram os CRBs, pois temos conselheiros que atuam nas mais diversas áreas. Nossa intenção foi transformar aquele



Bruno Assis

Antes de ser presidente do CFB, Fábio Lima Cordeiro esteve à frente do CRB-1

momento em uma oportunidade de escutar o que eles tinham a nos dizer sobre os desafios comuns ao Sistema CFB/CRB.

Internamente, temos realizado um trabalho de escuta e apoio junto às comissões. Naquelas que não possuem membros da diretoria entre seus integrantes, conversei diretamente com os coordenadores para acompanhar demandas e sugerir ideias. As demais repassam as questões para o diretor que participa dessas comissões. Assim, esperamos ter subsídios para direcionarmos nossas ações ao longo do triênio.

CFB – Quando as metas e o planejamento das ações do Conselho para os próximos anos devem ser consolidados?

FC – Por um lado, temos um planejamento feito no ano anterior, que influencia de forma direta no orçamento do CFB para 2022. Por outro, recebemos as propostas apresentadas pelos conselheiros.

De posse dessas informações, vamos alinhar as ideias à realidade orçamentária e aos objetivos pré-estabelecidos, sempre pensando no que é prioridade para a Biblioteconomia nacional.

Embora tenhamos o suporte digital para discutir as sugestões, só votaremos as propostas durante a primeira reunião presencial deliberativa, em março. Será o momento de todos os conselheiros federais avaliarem as propostas de cada comissão e as prioridades a serem seguidas. Como uma autarquia, temos o compromisso público de seguir ritos e procedimentos oficiais, como determina a legislação. Afinal, cada passo dado é auditável pelo Tribunal de Contas da União (TCU).

CFB – Antes de ser eleito presidente para a 19ª Gestão do CFB, você esteve à frente do CRB-1. De que forma a experiência nessa jurisdição pode ser aproveitada no Conselho Federal?



Vamos alinhar as ideias à realidade orçamentária e aos objetivos pré-estabelecidos, sempre pensando no que é prioridade para a Biblioteconomia nacional.

FC – Diferentemente de outras regiões, onde há representações regionais para cada estado ou agrupando alguns, a Região Centro-Oeste está toda sob a jurisdição do CRB-1. Quando você precisava discutir sobre uma medida em relação às bibliotecas escolares, você precisava sentar-se à mesa com cada um dos quatro secretários estaduais de Educação. Por mais que façam parte da mesma região demográfica, os estados que a compõem, mais o Distrito Federal, possuem realidades completamente distintas.

Sempre trabalhei em bibliotecas especializadas. Então, foi à frente do CRB-1 que pude conhecer de perto as peculiaridades e necessidades de outras bibliotecas, como as escolares, universitárias e públicas, e de profissionais que atuam em outras áreas. Mas, em um universo ainda maior, como o Brasil, o que é possível fazer para termos uma radiografia da profissão de bibliotecário e dos nossos equipamentos de acesso à informação? Só termos essa resposta se realizarmos um Censo dos Bibliotecários, uma medida que precisa ser estudada à luz da Lei Geral de Proteção de Dados (Lei nº 13.709/2018).

O Censo nos ofereceria respostas sobre o número de bibliotecários escolares em cada região do país, as áreas de especialização dos profissionais e quantos atuam em interlocução com outras atividades econômicas. Para conseguirmos esse feito, precisaremos da parceria com os conselhos regionais, porque são as representações que entram em contato direto com os registrados.

CFB – Como foi a definição das

comissões temporárias, além dos grupos de trabalho para a atual gestão?

FC – Mantivemos todas as comissões da 18ª Gestão, exceto a Parlamentar, pois entendemos ser necessário ter um serviço de assessoria especializado para tal fim. O artigo 125, parágrafo 3º, do Regimento Interno do Sistema CFB/CRB, evidencia que “a assessoria parlamentar será permanente para o CFB e facultativa para os CRBs”. Então, se a contratação está prevista no Regimento, precisa ser cumprida. Além disso, para conseguirmos defender nossos direitos enquanto categoria, não podemos ficar na inércia. Precisamos de uma atuação forte no Congresso Nacional.

Nesse sentido, as comissões foram formadas de acordo com a manifestação de interesses dos conselheiros federais que se candidataram para as comissões.

Em março também deliberaremos sobre a criação de novas comissões. A princípio, alguns conselheiros apresentaram a proposta de criação de um grupo de trabalho para incentivar o aumento de registros de pessoas jurídicas, que é pouco demandado. Porém ainda é uma questão em debate e precisa ser avaliada pela 19ª Gestão.

CFB – Em fevereiro, houve a primeira reunião ordinária do Fórum dos Conselhos Federais de Profissões Regulamentadas em 2022. Como tem sido a atuação do CFB no Conselhão?

FC – Uma categoria profissional com uma quantidade relativamente pequena de profissionais inscritos precisa se unir a outras categorias para que, juntas, te-

nam voz e possam defender de forma mais enfática os direitos comuns aos Conselhos de Fiscalização Profissional. Então, quando participamos de instâncias como o Conselhão garantimos um espaço indispensável para o debate.

Atualmente, o governo federal propõe consolidar os decretos regulamentadores de todas profissões – incluindo o Decreto nº 56.725/1965, dos bibliotecários. Os conselhos federais que participam do fórum têm enviado uma série de contribuições à Secretaria de Trabalho do Ministério do Trabalho e Previdência, mas, essas proposições estão em fase de análise por parte do Poder Executivo até hoje. O ex-presidente Marcos Miranda, da 18ª Gestão, atuou de forma muito firme para se contrapor a esse ‘decretão’.

Se for aprovada, como propõe a Secretaria de Trabalho, a norma retiraria a obrigatoriedade do pagamento das taxas administra-



Para conseguirmos defender nossos direitos enquanto categoria, não podemos ficar na inércia.

tivas aos conselhos e limitaria as formas de arrecadação das autarquias. Enquanto presidente do CRB-1, acompanhei a discussão e constatei que sem articulação política, infelizmente, não conseguiremos transformar nada. Sabemos que o Conselhão será determinante para manter o respeito às classes profissionais regulamentadas no país. Por isso, a importância de se fazer presente.

CFB – Para que o trabalho do Conselho seja cada vez mais efetivo, é preciso que os normativos sejam claros e atualizados. Há resoluções que precisam de mudanças urgentes?

FC – Todo o processo de revisão normativa necessita de uma análise criteriosa por parte do CFB. É óbvio que a experiência à frente

dos conselhos regionais nos mostra que algumas resoluções dão margem de interpretação, dificultando a objetividade de sua aplicação. Não é preciso reescrever as resoluções atuais, mas realizar alguns ajustes que facilitem o dia a dia.

Mas, antes de apontarmos qualquer mudança, queremos ouvir as jurisdições regionais para traçarmos as prioridades.

No entanto, é preciso respeitar o processo de revisão normativa. A Comissão de Legislação e Normas deve ter tempo para analisar as mudanças e dar contribuições ao debate. Até por questão de segurança jurídica, a minuta da resolução é submetida à votação em Plenária, que ocorre a cada três meses. Particularmente, acredito que teremos muita convergência entre os conselheiros, avançando sobre a revisão



Não é preciso reescrever as resoluções atuais, mas realizar alguns ajustes que facilitem o dia a dia.



Divulgação CFA

Conselhão atua para defender de forma mais enfática os direitos comuns aos Conselhos de Fiscalização

de resoluções importantes.

CFB – A transformação digital na Biblioteconomia foi uma das pautas prioritárias apontadas durante sua candidatura. Como o CFB pode avançar neste campo?

FC – Enquanto categoria, precisamos fortalecer cada vez mais a presença da Biblioteconomia no meio digital, em consonância às tendências atuais. Por isso, tenho preocupação com a adequação ao mundo digital. Durante a pandemia de Covid-19, observamos como os processos digitais foram fundamentais para que os bibliotecários continuassem a realizar suas atividades, mesmo com muitas bibliotecas com as portas fechadas. Vimos, inclusive, a criatividade dos profissionais em busca de soluções no meio digital.

Além da atuação do profissional no meio digital, temos que olhar para muitos processos que ainda são analógicos no Sistema CFB/CRB, como a solicitação de registro, que poderia ser feita por meio de autenticação digital. Também precisamos constituir um cadastro nacional do bibliotecário o que contribuiria para a integração entre o Conselho Federal e os conselhos regionais.

Pensando na agilidade, padronização e segurança dos dados cadastrais, um dos objetivos da 19ª Gestão é implementar o Sistema Eletrônico de Informações (SEI) para todo o Sistema CFB/CRB. Com essa ferramenta de gestão de documentos e processos eletrônicos, poderemos melhorar a eficiência administrativa, assim como fizeram

órgãos de outros Poderes.

CFB – A 19ª Gestão também defende uma melhor interlocução entre o Conselho Federal e os conselhos regionais como um dos pilares para a Biblioteconomia. Quais ações podem ser feitas para se alcançar esse objetivo?

FC – A 19ª Gestão não tem



Queremos uma gestão aberta ao diálogo.



19ª Diretoria do CFB realizou em caráter experimental uma reunião de Diretoria, em Recife

medido esforços para encontrar soluções que fortaleçam a integração do Sistema CFB/CRB. Com esse propósito, realizamos em caráter experimental uma reunião de Diretoria, em Recife, no dia 19 de fevereiro, onde conhecemos as instalações do Conselho Regional de Biblioteconomia da 4ª Região (CRB-4), jurisdição que representa os estados de Pernambuco e Alagoas.

Durante essa visita, a diretoria do CFB avaliou as condições de trabalho e contribuiu com orientações para a gestão do CRB-4. A reunião da diretoria poderia ter ocorrido em Brasília, mas sabemos da importância de se conhecer as realidades regionais, descentralizar os casos e motivar outros conselheiros, além do presidente, a se envolverem nos processos. Afinal, são os CRBs que representam diretamente os bibliotecários em seus estados.

Quando propomos uma transformação digital no Sistema, também consideramos a utilização de ferramentas para interação com as representações regionais. Há, por exemplo, um grupo de WhatsApp herdado da 18ª Gestão em que participam os presidentes e vice-presidentes dos regionais e do Federal. Além de mantê-lo, propusemos reuniões virtuais periódicas que estreitem o diálogo institucional. Queremos uma gestão aberta à conversa.

CFB – A internet permitiu à sociedade conhecer o trabalho de diversas profissões pouco divulgadas pela mídia, mas também se tornou um espaço para infrações éticas. Como o CFB pretende enfrentar esse problema?

FC – A ética nas relações profes-

sionais é o tema central das atividades do CFB no Dia do Bibliotecário (12/3) em 2022. O debate sobre o assunto sempre se mantém atual, pois envolve uma série de questões que vão desde a formação cidadã até a atuação profissional.

Não acredito que o caminho seja promover mudanças em nosso Código de Ética e Deontologia, até porque a última reformulação, realizada durante a 17ª Gestão, escutou atentamente todas as jurisdições regionais. Ele não deve ser um instrumento engessado, mas um guia com ideias e conceitos que nos convidem à reflexão sobre o fazer profissional e o lugar do bibliotecário na sociedade.

Desconhecer o Código é um poderoso combustível para o desprestígio da profissão e, por consequência, de nossas bibliotecas. Em um mundo onde as informações circulam de forma tão rápida, ter o bibliotecário como agente de transformação da própria categoria é fundamental para nossas ações.

Do ponto de vista da segurança jurídica, também não é interessante que o Código seja alterado a todo o momento. Cada mudança implica em uma nova forma de analisar a situação. Todo processo já é conduzido de forma muito cuidadosa pelos responsáveis por essa avaliação. Ninguém é punido sem uma série de análises e de garantias da ampla defesa e do contraditório.

CFB – Qual a mensagem você deixa aos profissionais e conselheiros regionais neste mês em que se comemora o Dia do Bibliotecário?

FC – Em pouco mais de dois meses de gestão, sempre enfatizamos a importância de verem o CFB como uma autarquia federal,



Com a participação e o apoio da categoria, teremos mais condições de fazer o Sistema CFB/CRB mais forte.

que segue protocolos e se sujeita a determinados ritos que nem sempre permitirão ações informais na resolução de demandas. Assim como as gestões anteriores, estamos abertos para receber ideias e compartilhar experiências em favor da Biblioteconomia.

Como presidente, sei da minha responsabilidade com as bibliotecárias e com os bibliotecários. Quero defender a categoria, dar continuidade às boas ações implementadas pelas gestões anteriores, aprender com os erros e corrigi-los. Por isso, convido todos a acompanharem as propostas do CFB para os próximos anos.

Ao longo deste triênio, teremos importantes pautas em discussão. Com a participação e o apoio da categoria, teremos mais condições de fazer o Sistema CFB/CRB mais forte, integrado e capaz de lutar em defesa do desenvolvimento da profissão.

OS CONSELHEIROS POR TRÁS DE CADA COMISSÃO E GRUPO DE TRABALHO

Conheça os escolhidos para ocupar as instâncias de debate e proposição de ações em favor da Biblioteconomia

Se há um lugar onde as demandas dos bibliotecários se materializam em forma de projetos e ações é nos grupos de trabalho e nas comissões permanentes e temporárias do CFB. São espaços de diálogo que atuam como ‘caixas de ressonância’, fazendo ecoar não só os anseios da categoria, como as tendências para a atividade dos bibliotecários.

As comissões permanentes cumprem a função de auxiliar a diretoria nas demandas do dia a dia,

com escopo bem definido dentro da estrutura do Conselho. Já as comissões temporárias, com prazo determinado, são criadas de acordo com as necessidades da gestão para cuidar de questões específicas. As duas formações são compostas por três conselheiros escolhidos em Plenário, sendo um coordenador. Na falta ou impedimento de qualquer um dos membros, o presidente do Conselho poderá designar um substituto *ad hoc* entre os conselheiros.

Os grupos de trabalho (GT) funcionam como órgãos de apoio técnico para desenvolver trabalhos específicos, de natureza transitória ou não. São compostos por, no mínimo, três membros, sendo ao menos um conselheiro efetivo. Por serem espaços onde é permitida a participação de especialistas de diferentes segmentos, os GTs atuam na avaliação multidisciplinar de problemas nacionais, na produção de soluções e na construção de políticas públicas voltadas aos bibliotecários.

COMISSÕES TEMPORÁRIAS

COMISSÃO DE DIVERSIDADE E ACESSIBILIDADE

Estabelece políticas de acessibilidade às bibliotecas, estuda o panorama nacional da acessibilidade e contribui para o fomento de ações que atendam à dignidade humana, à igualdade e ao direito à acessibilidade e diversidade.

- Jean Charles Racene dos Santos Martins – CRB-11/719 (coordenador)
- Valéria Aparecida Bari – CRB-5/1552
- Valéria Martin Valls – CRB-8/5243

COMISSÃO DE GESTÃO POR INDICADORES E RELATÓRIO PARA O TCU

Atua na formulação dos relatórios anuais de gestão do CFB, posteriormente entregues ao Tribunal de Contas da União (TCU) para comprovação da idoneidade da autarquia.

- Mariza Martins Coelho – CRB-6/1637 (coordenadora)
- Luiz Otavio Maciel da Silva – CRB-2/771
- Nelson Oliveira da Silva – CRB-10/854

GRUPO DE TRABALHO (GT)

GT PARA ESTUDO DA IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA DE INFORMAÇÃO ELETRÔNICA (SEI)

Atua na implantação do Sistema de Informação Eletrônica (SEI), criado em 2009 e desenvolvido por servidores da Justiça Federal da 4ª Região para gerir os processos administrativos de forma eletrônica.

- Nelson Oliveira da Silva – CRB-10/854 (coordenador)
- Grazieli Demoliner – CRB-10/2332
- Guilherme Luiz Cintra Neves – CRB-9/1572
- Joana D’Arc de Lima – CRB-4/2243
- Marciana Leite Ribeiro – CRB-8/1882
- Raffaella Dayane Afonso – CRB-14/1155
- Roosevelt Lins Silva – CRB 13/836
- Waney Alves Reis Medeiros – CRB-6/2223

COMISSÕES PERMANENTES

COMISSÃO DE AVALIAÇÃO DE DOCUMENTOS (CPAD)

Promove a gestão e o diagnóstico da informação produzida pelo próprio Sistema CFB/CRB, inclusive a avaliação de documentos sigilosos.

- Patrícia Verônica Nascimento Dias Fernandes – CRB-5/1353 (coordenadora)
- Maria Lourdes Blatt Ohira – CRB-14/213
- Rosa Zuleide Lima de Brito – CRB-15/213

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO E NORMAS (CLN)

Elabora e revisa resoluções, assim como acompanha a tramitação de pautas específicas sobre a Biblioteconomia no Congresso Nacional.

- Valéria Aparecida Bari – CRB-5/1552 (coordenadora)
- Aldinar Martins Bottentuit – CRB-13/318
- Maria Isabel de Jesus Sousa Barreira – CRB-5/946

COMISSÃO DE LICITAÇÃO (CLI)

Analisa as normas dos editais de forma criteriosa e acompanha todos os processos de licitação do Conselho Federal.

- Nelson Oliveira da Silva – CRB-10/854 (coordenador)
- Ailton Moreira da Rocha (pregoeiro)
- Tatiana de Paula Martins de Souza (autoridade competente)

COMISSÃO DE ENSINO E FORMAÇÃO PROFISSIONAL (CENF)

Elabora estudos e pareceres sobre o ensino e a formação profissional do bibliotecário no país, além de propor ações para mapear o perfil dos cursos oferecidos no Brasil.

- Aldinar Martins Bottentuit – CRB-13/318 (coordenadora)
- Maria Isabel de Jesus Sousa Barreira – CRB-5/946
- Rosa Zuleide Lima de Brito – CRB-15/213

COMISSÃO DE ÉTICA PROFISSIONAL (CEP)

Conduz processos de avaliação ética a partir da apuração dos fatos e da adoção de uma série de procedimentos regimentais.

- Valéria Martin Valls – CRB-8/5243 (coordenadora)
- Jean Charles Racene dos Santos Martins – CRB-11/719
- José Alimatéia de Aquino Ramos – CRB-6/580

COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO (CFI)

Regulamenta, orienta e supervisiona o processo fiscalizatório realizado pelos conselhos regionais de Biblioteconomia; atualiza o Manual de Fiscalização do Sistema CFB/CRB; organiza treinamentos para integrantes das Comissões Fiscais e bibliotecários-fiscais; sugere alterações na conduta fiscalizatória à CLN e coordena e avalia o Programa de Apoio à Fiscalização (Pafis).

- Anderson Alberto Saldanha Tavares – CRB-2/1282 (coordenador)
- Aldinar Martins Bottentuit – CRB-13/318
- Fernando Braga Ferreira – CRB-3/640

COMISSÃO DE BIBLIOTECAS ESCOLARES E PÚBLICAS (CBEP)

Trabalha na construção de resoluções sobre bibliotecas públicas e escolares, na atuação legislativa em defesa desses equipamentos e na fiscalização ao cumprimento da Lei nº 12.244/2010, que trata da universalização das bibliotecas nas instituições de ensino do país.

- Maria Lourdes Blatt Ohira – CRB-14/213 (coordenadora)
- José Alimatéia de Aquino Ramos – CRB-6/580
- Rosa Zuleide Lima de Brito – CRB-15/213

COMISSÃO DE DIVULGAÇÃO E VALORIZAÇÃO PROFISSIONAL (CDV)

Assegura publicidade às ações desenvolvidas pelo Sistema CFB/CRB e a divulgação de uma agenda positiva de conteúdos sobre a Biblioteconomia no Brasil e no mundo.

- Nelson Oliveira da Silva – CRB-10/854 (coordenador)
- Fernando Braga Ferreira – CRB-3/640
- Valéria Aparecida Bari – CRB-5/1552

COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS (CTC)

Realiza, em caráter permanente, a fiscalização interna nos conselhos e propõe a realização de auditorias internas ou externas, cujos procedimentos serão disciplinados por meio de resolução regulamentar pelo CFB.

- Anderson Alberto Saldanha Tavares – CRB-2/1282 (coordenador)
- Maria Lourdes Blatt Ohira – CRB-14/213
- Mariza Martins Coelho – CRB-6/1637



Sistema CFB / CRB
Conselho Federal de Biblioteconomia
Conselhos Regionais de Biblioteconomia

NAS MÍDIAS

Fique por dentro das informações e eventos do CFB:

